

AS “NOVAS EVAS”: O DISCURSO PRESENTE NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO SOBRE A CORPORALIDADE TRANS (1970-1985)

THE “NEW EVAS”: THE DISCOURSE IN DIÁRIO DE PERNAMBUCO ON TRANS CORPORALITY (1970-1985)

Anne Raquel da Silva Nascimento¹

Resumo: Este trabalho refere-se ao estudo do processo construtivista da corporalidade trans presente no Diário de Pernambuco, entre os anos de 1970 e 1985. A partir dos referenciais teóricos selecionados e da análise metodológica do jornal, busco compreender as dinâmicas e os mecanismos que estavam por trás dos múltiplos discursos ancorados no disciplinamento religioso, médico e jurídico.

Palavras-chave: discurso; transexuais; jornais.

Abstract: This study refers to the constructivist process of trans-corporeality present in Diário de Pernambuco, between the years 1970 and 1985. From the theoretical references selected and the methodological analysis of the newspaper, we aim to understand the dynamics and mechanisms behind the multiple discourses anchored in religious, medical and legal disciplines.

Keywords: discourse; transsexual; newspapers.

INTRODUÇÃO

A corporalidade trans² é um dos muitos aspectos que permeiam a pesquisa que desenvolvo atualmente no mestrado em História Social³. Analisar os pormenores, apontar as particularidades e levantar questionamentos sobre esse assunto tão delicado e que por muito tempo vem sendo localizado nas zonas fronteiriças da História, enquanto transmasculino, é um ato de autoconhecimento e, até mesmo, de coragem.

¹Sou transmasculino e utilizo socialmente o nome Caíque Nascimento. Atualmente, mestrando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco - Unicap. Desenvolvo pesquisas a partir das perspectivas de gênero, sexo e sexualidade como categorias de análise, sabendo que estas também atravessam a minha pele. E-mail: caiquesnasc@gmail.com.

² As pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente ao nascer estão inclusas na categoria trans.

³ O presente trabalho faz parte do projeto “Narrativas queer(izadas): diálogos entre historiografia, saberes subalternos e teoria queer”, sob a coordenação e orientação do Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo, financiado com a bolsa de Pós-Graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). A referida pesquisa está circunscrita às atividades da Linha de Pesquisa “Linguagem, Gênero e Relações de poder: a ascensão das minorias”, do Laboratório de Estudos da Linguagem, Literatura e História (LANGUE), disponíveis em www.languueufrpe.com.

Trazer à tona os dilemas que estavam presentes no cotidiano daquelas que me antecederam e que estavam – e ainda estão – na linha de frente é pode humanizar as nossas histórias. Sair do campo da monstruosidade, da perversão e da marginalização é afirmar que podemos escrever as nossas próprias histórias e que resistimos ao que nos atravessa. O presente trabalho surge com este propósito: trazer as corpos trans para o centro da historiografia⁴.

No decorrer de todo o texto, e como vocês já devem ter percebido até aqui, precisei fazer algumas escolhas no que se refere ao uso da linguagem. Sabendo que a linguagem reflete as desigualdades de gênero e naturaliza a exclusão das mulheres e das pessoas que não se enquadram dentro do binarismo de gênero, por exemplo, optei por utilizar o termo “corpas” ao me referir às mulheres transexuais e travestis. Desse modo, algumas escolhas foram feitas com o intuito de questionar a construção do masculino como hegemônico na linguagem.

O jornal Diário de Pernambuco foi escolhido como cenário dessa trama por ter uma grande circulação e por ser o periódico mais antigo da América Latina, tendo sido fundado ainda em 1825. Além disso, por ele também conseguir alcançar diversos setores da sociedade, podemos encontrar em suas páginas o que seria um possível reflexo do imaginário que vinha sendo construído na sociedade pernambucana. Analiso as notícias veiculadas no Diário de Pernambuco, mas este trabalho não se restringe apenas ao cenário local. Farei uso em diversos momentos de notícias referentes a outros estados brasileiros e, até mesmo, outros países.

Ademais, todas as notícias analisadas foram publicadas no jornal analisado e a opção de trazer matérias sobre outros estados e países ocorreu por compreender que a questão principal da pesquisa são os discursos sobre a corporalidade trans de forma mais abrangente, ou seja, não preciso/precisei me ater somente ao estado de Pernambuco. As matérias selecionadas foram coletadas no acervo digital disponibilizado pelo projeto Hemeroteca Digital, vinculado à Biblioteca Nacional⁵.

Como ferramenta teórica-metodológica utilizarei a análise foucaultiana do discurso, compreendendo os discursos como construções do conhecimento ao longo da história e sendo eles formados por procedimentos externos e internos que os controlam, selecionam,

⁴ Este artigo parte da discussão e ampliação do trabalho completo intitulado “*Erro da natureza*”? *A construção da corporalidade trans no Diário de Pernambuco (1970-1985)*, apresentado e publicado nos anais eletrônico do XIII Encontro Estadual de História de Pernambuco promovido pela ANPUH-PE (Associação Nacional de História – Seção Pernambuco) em setembro de 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602117768_ARQUIVO_a6412d7e19002bed4a39cc5997985557.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

⁵ Mais informações são possíveis de serem consultadas no site da Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 out. 2020.

organizam e os redistribuem. Vale salientar que não estamos aqui diante do método da Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), uma vez que não realizarei uma análise das estruturas linguísticas das matérias publicadas no Diário de Pernambuco.

Dando sequência a metodologia, foram selecionados textos jornalísticos que tinham como personagens principais as mulheres trans⁶ que estavam em processo de construção de suas corpos. No site da Hemeroteca Digital, procurei por notícias que estivessem relacionadas com as seguintes palavras-chave: “transexualidade”, “transexual”, “transexuais” e “transexualismo”. Estas palavras foram escolhidas por entender que, naquele período, somente quem poderia fazer uso do processo transexualizador oferecido pelo disciplinamento médico eram as portadoras do “transexualismo puro e verdadeiro”, à época considerado como doença. Porém, isso não impedia que, nessas mesmas notícias, estivesse atrelado o processo de construção da corporalidade travesti.

Como referencial teórico utilizarei Michel Foucault, a partir do conceito de biopolítica; Paul B. Preciado com as suas reflexões sobre o desenvolvimento da Era Farmacopornográfica, considerado um regime de poder-saber-subjetivação, no qual as tecnologias biopolíticas passam a redefinir as corpos; tomarei como referencial alguns estudos da pesquisadora Berenice Bento, através do seu olhar crítico sobre os processos de construção da corporalidade trans no Brasil e quais eram as práticas de resistência operadas por esse segmento da população.

A partir dos conceitos desenvolvidos e dos marcos temporais, busco compreender quais são os discursos que estavam presentes no jornal Diário de Pernambuco sobre a construção da corporalidade trans durante o período correspondente à ditadura cis-hétero-militar⁷, mais especificamente entre os anos de 1970 e 1985. A escolha deste recorte temporal se deu por ser o período em que foram realizadas as primeiras cirurgias de transgenitalização no Brasil e por corresponder também aos anos pós institucionalização do AI-5⁸, considerados como sendo os piores para esse segmento da população.

⁶ Neste sentido, na categoria mulheres trans estariam inclusas as mulheres transexuais e travestis.

⁷ Renan Quinalha discorre sobre a utilização do termo “hétero-militar” por compreender que em todo regime político há políticas sexuais e na ditadura brasileira (1964-1985) não foi diferente. Havia uma associação entre o regime autoritário e a regulação das sexualidades. Os militares não utilizavam apenas os aspectos políticos contidos na Doutrina de Segurança Nacional, “mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude” (QUINALHA, 2017, p. 25). Ricardo Afonso-Rocha propôs a reescrita deste termo para ditadura “cis-hétero-militar” por compreender “a produção do corpo e das sexualidades em torno da cisgeneridade” e para lançar luz sobre a face oculta da “dimensão cisonormativa da ditadura brasileira” (AFONSO-ROCHA; MITIDIÉRI, 2019, p. 50). Utilizo o termo cis-hétero-militar, neste texto, justamente por concordar com esta proposta de reescrita.

⁸ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi assinado em 13 de dezembro de 1968 pelo Presidente Marechal Costa e Silva.

O presente trabalho se propõe a lançar luz sobre as experiências e trajetórias daquelas que se propuseram a construir os seus próprios caminhos, mesmo tendo que se enquadrar, diversas vezes, nas múltiplas normas que faziam parte dos disciplinamentos médico, jurídico e religioso do período citado. Os discursos conservadores que circulavam em nosso país e que respingavam nos jornais tentavam determinar como deveriam ser moldadas as vivências da população trans, ou seja, este trabalho apontará os discursos utilizados pelo CISTema normatizador, que visava controlar as dissidências de gênero e as práticas sexuais.

1. O DISCURSO RELIGIOSO E A TRANSGRESSÃO MORAL

Os discursos construídos pelo jornal para se referir às corpos trans eram baseados em três pilares principais durante esse período: os dogmas da Igreja Católica, o judiciário e a medicina. Para compreender esse movimento é necessário entendermos primeiro o que significa um discurso. Trago o discurso como a construção de um conhecimento ao longo da história. Michel Foucault supõe que

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade⁹.

Estes procedimentos citados por Foucault são separados em externos e internos. Os procedimentos externos funcionam como um sistema de exclusão dentro do discurso, sendo esse sistema composto pela interdição, separação e rejeição e a vontade da verdade. Para este trabalho foi escolhido apenas o princípio da interdição, uma vez que nas matérias encontradas é evidente a presença do princípio da interdição. Foucault evidencia que “sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”¹⁰, porque as interdições que atingem o discurso revelam sua ligação com o poder.

A partir deste conceito, podemos concluir que as mulheres trans não tinham o direito de dizer tudo. As suas falas eram excluídas e colocadas à margem da nossa sociedade por aqueles/as que detinham o poder. Suas falas eram consideradas nulas, sem verdade e/ou

⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 8

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 9.

importância e, por este motivo, não eram levadas em conta nos momentos em que as matérias eram redigidas.

Arelado ao discurso encontra-se a disciplina. Ela é considerada como o início do controle da produção discursiva e funciona como procedimento interno de controle e delimitação do discurso, “visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle”¹¹. A disciplina fixa um jogo composto por várias regras, ou seja, os indivíduos precisam cumpri-las para serem qualificados a entrar na ordem do discurso.

É através da disciplina que se estabelece o poder da Norma. O poder da Norma introduz, dentro das regulamentações “toda a gradação das diferenças individuais”¹². A norma assim estabelece o que é o normal e como o sujeito age a partir de uma coerção daquilo que irá ser chamado de anormal. Outro conceito importante que irá nos ajudar a compreender os processos que estão envolvidos na produção dos discursos é a biopolítica. O conceito surge ainda no século XIX como um novo sistema de controle social e organização do poder.

Segundo Paul B. Preciado, o momento de mudança no sistema capitalista se caracterizará

[...] não só pela transformação do ‘sexo’, do ‘gênero’, da ‘sexualidade’, da ‘identidade’ e do ‘prazer’ em objetos da gestão política da vida [...], mas também pelo fato de que esta gestão em si mesma será levada adiante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias¹³.

A partir deste momento, o controle da corpa e, conseqüentemente, a sua modificação se dará pelo conjunto de discursos médicos, jurídicos, psicológicos, psicanalíticos, sexólogos, entre outros, que irão tentar construir uma verdade sobre as corpas e estabelecida como normal. Isso é o que poderemos observar através das notícias que serão analisadas aqui e que possuem como eixo central o discurso religioso, o médico e o jurídico.

No dia 02 de novembro de 1984, o Diário de Pernambuco noticiou a primeira do que seria uma sequência de notícias publicadas, por cerca de três meses, sobre o casamento de Gabriella Cacciagrano e Luciano la Sorda¹⁴. Por meio destas notícias é possível visualizar como ocorria o processo de construção de um discurso que se baseava nos dogmas da Igreja Católica. Os textos jornalísticos encontrados nesse período fazem referência ao casamento,

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 20.

¹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 177.

¹³ PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie*: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 27.

¹⁴ CASAMENTO bem diferente. *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 out. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 7 out. 2020.

que ocorreu na Itália, de Gabriella, mulher trans, e Luciano, homem cis¹⁵. Gabriella desejava se casar legalmente na Itália tanto no civil quanto no religioso e, portanto, solicitava a benção ao Papa João Paulo II para se casar na Igreja Católica.

Nas primeiras quatro notícias¹⁶, pude observar algumas questões importantes e que merecem ser destacadas neste texto. A primeira é que na maioria das notícias sobre Gabriella verifiquei a exposição do seu nome morto¹⁷, prática que era muito comum na época e que infelizmente ainda é, principalmente em notícias que estão relacionadas com as violências sofridas pelas corpos trans. Na segunda notícia dessa série, publicada no dia 09 de outubro de 1984, tem-se a seguinte frase no texto: “Roberta Close tem por que sonhar”¹⁸.

O texto jornalístico em questão faz referência a Roberta Close, a mulher trans mais conhecida no Brasil e que estampou diversas capas de jornais e revistas. Roberta era tida como um fenômeno nacional. Neste sentido, afirmar que esse era um sonho de Roberta Close significava que, se Gabriella e Luciano conseguissem autorização para se casar, seria um grande feito para a época como, também, seria um sopro de esperança para outras mulheres trans. As notícias também trazem informações sobre a cirurgia de transgenitalização, assunto que abordarei mais na frente, que Gabriella iria se submeter em Londres.

É importante destacar que, caso Gabriella conseguisse a autorização do Papa, ela seria a primeira mulher trans a se casar conforme a lei civil italiana e seria a primeira a se casar dentro de uma Igreja Católica. Sendo que, em contrapartida, é possível perceber um certo teor de crítica por parte das/os colunistas das matérias publicadas sobre o casamento no Diário de Pernambuco como é o caso da que foi veiculada no dia 09 de novembro de 1984. Nesta matéria o/a autor/a do texto jornalístico afirma que seria uma audácia, da parte de Gabriella, pedir a benção ao Papa para realizar a cerimônia de casamento dentro de uma Igreja Católica¹⁹.

Utilizando como argumento os dogmas religiosos, a Igreja Católica defendia que todos os casais que não fossem compostos por um homem e uma mulher cis seriam considerados como pecadores, anormais e o casamento seria considerado como ilegítimo. Podemos

¹⁵ Pessoas cis (ou não trans) são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente ao nascer.

¹⁶ As quatro primeiras notícias foram publicadas entre os dias 02 de outubro e 09 de novembro de 1984. Sendo todas elas sobre o casamento de Gabriella Cocciagrano e Luciano la Sorda.

¹⁷ Termo definido pelo ativismo trans como sendo aquele nome que foi atribuído ao nascer. Algumas pessoas trans optam pela mudança desse nome, como era o caso de Gabriella Cacciagrano, ao não se identificarem mais com os nomes que lhes foram atribuídos socialmente ao nascer. Chama-se de nome morto por ele não ser mais utilizado no convívio social após a pessoa se identificar enquanto trans.

¹⁸ BODAS. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 out. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 7 out. 2020.

¹⁹ Até a finalização deste artigo não foram identificadas as autorias das matérias.

observar esse mesmo discurso na quinta – e última – notícia da sequência, publicada no dia 12 de dezembro de 1984.

Esta última trata-se da desaprovação do Vaticano em relação a casamentos nos quais uma/um das/os cônjuges é transexual por entenderem que, mesmo após passar por cirurgia de transgenitalização, as corpas trans ainda permaneceriam com os mesmos cromossomos. Como veremos mais adiante, ao contrário do que o discurso médico defendia sobre a cura da transexualidade, a Igreja Católica defendia que a transexualidade seria uma transgressão moral.

Foucault afirma que:

[...] uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito [...] a medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença; a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas. Há para isso, duas razões: primeiro, a botânica ou a medicina, são feitas tanto de erros como de verdades, erros que não são resíduos ou corpos estranhos, mas que têm função positivas, uma eficácia histórica, um papel indissociável daquele das verdades²⁰.

Tanto as proposições verdadeiras como as falsas são reconhecidas pela disciplina, mas ela repele, para fora de suas margens, tudo o que considera como anormalidade. Sabendo disso, poderemos analisar no próximo item como o discurso médico se estruturava e de qual forma os jornais faziam uso deles para embasar suas notícias e contribuir com a patologização das identidades trans.

2. CORPAS CURÁVEIS?

A transexualidade era classificada como um distúrbio de identidade de gênero e a cirurgia era restrita apenas para aquelas que apresentassem um quadro de “transexualismo puro e verdadeiro”. No Brasil, também já se falava sobre essa questão no meio científico é o que podemos observar na cobertura jornalística, publicada no dia 07 de abril de 1974, sobre o XI Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica, que iria ocorrer entre os dias 05 e 10 de maio de 1974, em Belo Horizonte²¹. A matéria tinha por título: Congresso médico discute problema

²⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 29-30.

²¹ CONGRESSO médico discute problema dos transexuais. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 abr. 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 7 out. 2020.

dos transexuais, o que fica claro que uma das pautas debatidas no XI Congresso era a transexualidade.

A coluna escrita por João Alberto em 07 de abril de 1975, um ano após a notícia publicada sobre o congresso médico em Belo Horizonte, afirmava que oito cirurgias de mudança de sexo²² já haviam sido realizadas em São Paulo e em outros países como, por exemplo, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nesses países citados, as cirurgias eram realizadas com “parcimônia”, mas no Marrocos era um pouco mais livre²³.

Gabriella Cacciagrano, citada anteriormente, ainda iria fazer a sua cirurgia de transgenitalização²⁴ em 1984, na cidade Londres, Inglaterra, mas a coluna escrita por João Alberto aponta que esse tipo de intervenção corporal já estava sendo realizada na Inglaterra desde 1975, mesmo que em pequena escala e com restrições. A transexualidade, como já foi falado, era considerada como um distúrbio de identidade de gênero, na qual se manifestava a vontade de viver como uma pessoa do sexo oposto. Nesse caso, o tratamento oferecido para obter a cura era composto por uma série de procedimentos denominados de padrões de cuidado.

Esses procedimentos foram criados baseados no que era entendido como normal, ou seja, a transexualidade era considerada como doença por não corresponder ao que entendiam como sexo biológico. Isso ocorria porque as pessoas que se entendiam e que eram nomeadas pela medicina como transexuais não se identificavam com o gênero que lhes eram atribuídos ao nascer²⁵.

No que diz respeito aos procedimentos que estamos discutindo, apresentamos um quadro que busca dividir a natureza de tais procedimentos com base nos estudos de Berenice Bento²⁶:

Quadro 1: tipos de procedimentos

| Etapas | Procedimento | Descrição |
|--------|--------------|------------------|
| | | As corpas trans, |

²² Termo utilizado pelas autoridades médicas no período em questão. A expressão encontra-se ultrapassada e em desuso.

²³ ALBERTO, João. João Alberto. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 abr. 1974. Seção Feminino e Sociedade. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 7 out. 2020

²⁴ Termo utilizado para se referir às cirurgias que fazem parte do processo transsexualizador.

²⁵ JESUS, Jaqueline Gomes. Travessia: caminhos da população trans na história. In: QUINALHA, Renan. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 384.

²⁶ BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 48-50.

| | | |
|---|--------------------|--|
| 1 | Tempo de terapia | <p>primeiramente, seriam submetidas a um período de sessões de psicoterapia para que não restassem dúvidas quanto aos resultados e para que não houvesse arrependimentos depois da cirurgia de transgenitalização. Isso não significava que todas seriam consideradas como aptas para fazer o procedimento cirúrgico. As/os médicas/os poderiam concluir que não se tratava de uma pessoa trans.</p> |
| 2 | Terapia hormonal | <p>Eram receitados hormônios apropriados para modificar as características secundárias das corpos. A hormonização só era permitida após um certo período de frequência nas sessões de psicoterapia</p> |
| 3 | Teste de vida real | <p>Era estimulado o uso, durante todo o dia, de roupas entendidas como comuns ao gênero identificado. Podemos observar essa etapa do processo transexualizador em notícia publicado no dia 05 de janeiro de 1980, na qual Lorraine, mulher trans que estava prestes a ser submetida a operação de transgenitalização, foi proibida</p> |

| | | |
|---|--------------------------------|---|
| | | de ir trabalhar “vestida de mulher” no setor administrativo da base área de Kessler pelas autoridades militares. Os médicos acreditavam que, psicologicamente, seria bom para Lorraine aprender a se conduzir como mulher meses antes da cirurgia ²⁷ |
| 4 | Teste de personalidade | Eram realizados testes psicológicos com o intuito de verificar a presença de algum tipo de Transtorno Específico de Personalidade |
| 5 | Exames de rotina | Eram realizados exames bioquímicos, ultrassonografias da região pélvica, endovaginal e ultrassonografia do abdômen, além de exames de raio X |
| 6 | Cirurgia de transgenitalização | A última etapa consistia nas cirurgias de transgenitalização como, por exemplo, a histerectomia, mastectomia e faloplastia para os homens trans e a vaginoplastia para mulheres trans |

Em notícia veiculada no Diário de Pernambuco, o correspondente francês Jean-Marie Wetzel entrevistou o médico ginecologista francês Georges Burou em 11 de maio de 1974²⁸.

²⁷ É proibido trabalhar vestido como mulher. *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 jan. 1980. Seção Feminino. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 7 out. 2020.

²⁸ WETZEL, Jean-Marie. De homem a mulher são duas horas de cirurgia. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 maio 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 7 out. 2020.

Burou, conhecido como o mestre da transexualidade e que tinha como especialidade a cirurgia de transgenitalização, afirmava que as suas pacientes foram submetidas à psicoterapia e apresenta a cirurgia como o último passo dos procedimentos que faziam parte do chamado processo transexualizador.

Burou apresenta-se como o salvador que devolveu alegria para as mulheres trans que realizaram os procedimentos com ele. Além disso, a entrevista enfatiza que as pacientes de Burou se sentiam envergonhadas por possuírem órgãos sexuais masculinos, o que nos conduz ao discurso de que algumas pessoas trans tinham sobre ter nascido no corpo errado. Por serem consideradas como doentes, as corpos trans eram submetidas a processos violentos que envolviam cirurgias e tratamentos hormonais. Segundo Paul B. Preciado²⁹, em meados do século XX, estava sendo consolidada uma rede de poder, conhecimento e capital que decidia onde os fluidos, órgãos e corpos deveriam circular. Essa rede também determinaria o que poderia ser introduzido legalmente, de forma intencional e deliberada dentro das corpos.

É notório em algumas notícias o uso do termo castração para se referir, de modo simplista, à realização de cirurgias de transgenitalização em mulheres trans³⁰. A castração era utilizada desde 1950, por algumas cortes judiciais ao redor do mundo, para ‘tratar’ repressivamente a homossexualidade masculina, mas também para condenar judicialmente criminosos sexuais.

Porém, não era de conhecimento público os efeitos adversos da ingestão dos hormônios que faziam parte do processo de castração química e de uma tentativa de mudança de gênero dos criminosos que eram submetidos às intervenções corporais. Os efeitos colaterais de não conhecimento do público seriam:

[...] a diminuição do tamanho do pênis, o desenvolvimento de seios, a modificação do volume muscular e o aumento da acumulação de gordura em torno dos quadris. Em outras palavras, trata-se de um processo de “feminização hormonal”. Por isso, não deveríamos estranhar em descobrir que substâncias com efeito antiandrógeno sejam utilizados (de forma voluntária) por transexuais que desejam iniciar um processo de feminização e mudança de gênero³¹.

²⁹ PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 179-180.

³⁰ TRAVESTI do Brasil dá aulas de sexo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 fev. 1982. Seção Feminino. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 8 out. 2020.; TRANSEXUALIDADE é considerada um erro da Natureza. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jul. 1982. Seção Internacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 8 out. 2020.

³¹ PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 243.

Preciado aponta que os mesmos hormônios que são utilizados para condenar judicialmente pessoas tidas como criminosas, eram utilizadas pelas mulheres trans para feminizarem voluntariamente as suas corpos. Essas duas situações tão distintas são similares no que concerne à sua finalidade. Ambas apontam o caráter extremamente construtivista dos gêneros que há por trás das indústrias incentivadoras da “produção de doses comercializáveis” de fluidos, ao mesmo tempo evidenciam “os critérios de comercialização e distribuição pública destas moléculas” que “continuam respondendo a uma metafísica naturalista da diferença sexual”³². É importante evidenciar que, segundo o autor,

As técnicas biopolíticas de castração permanecerão distantes do homem branco, heterossexual e de classe média; sua masculinidade e seus enclaves orgânicos – os testículos e o pênis – são a corporalização do poder soberano e não podem ser simplesmente extirpados³³.

3. A CORPA TRANS NA ERA FARMACOPORNOGRÁFICA

Destaco que a transexualidade, bem como a travestilidade e as demais transgeneridades, nem sempre foram vistas como identidades de gênero. Durante esse período o discurso médico também fazia diferenciações entre transexuais, travestis e homossexuais. O termo transexual foi popularizado em 1966 por Harry Benjamim, mas o termo ‘transexualismo’³⁴, já havia sido introduzido pela primeira vez em 1954. O sexólogo alemão criou procedimentos clínicos cujo objetivo era identificar e atender pessoas transexuais.

Como já foi citado anteriormente, médicos europeus apontavam a cirurgia de mudança de sexo como uma última etapa de uma série de métodos que tinham como promessa devolver a alegria para essas pessoas; mas, na verdade, tratavam as corpos falantes como doentes que precisavam de tratamentos psiquiátricos, hormonais e de intervenções corporais. Estas diferenciações também estavam presentes nas páginas do jornal.

O Diário de Pernambuco, em 15 de junho de 1979, publicou uma matéria na qual é possível verificar as percepções existentes sobre a travestilidade e a transexualidade a partir de uma entrevista realizada com o ginecologista e cirurgião Georges Burou. Na notícia fica

³² PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 241-244.

³³ PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 184-185.

³⁴ Termo utilizado no período para se referir às corpos trans, mas que hoje se encontra em desuso.

nítida a distinção entre homossexualidade, na qual os homossexuais seriam aqueles que aceitavam o “seu corpo de homens como qualquer Dom Juan”³⁵.

A travestilidade era entendida, pela sociedade cisheteronormativa e pela mídia do período pesquisado, apenas como um ato de se vestir com acessórios e roupas lidas e comercializadas para mulheres e não como uma identidade feminina; já a transexualidade seria se sentir psicologicamente como mulher e somente a intervenção cirúrgica poderia permitir a normalização, a legalização da situação e a possibilidade de viver “como a mulher que por fim era”³⁶.

Em 23 de maio de 1981, o periódico publicou mais um artigo que trouxe considerações a respeito das diferenças entre transexuais e homossexuais. O cirurgião plástico carioca Farid Hakme, ao ser entrevistado sobre as operações plásticas transexuais no Brasil, definia a transexual como:

Uma mulher que nasceu com órgãos genitais masculinos, que se veste como mulher, porque a roupa lhe cai bem e não por exibicionismo. Que só tem relação sexual com homens e não usa seu órgão sexual (que se atrofia). Que geneticamente é homem, mas hormonalmente tem características femininas [...] são as características que diferem o transexual do homossexual. O homossexual é um exibicionista, tem relações homossexuais com outro homossexual e usa seu órgão sexual e, biologicamente, o homossexual não tem nada do outro sexo³⁷.

Para o disciplinamento médico, essas definições eram necessárias para que pudessem determinar o que seria um quadro de “transexualismo puro e verdadeiro”, pois só quem podia passar por uma intervenção cirúrgica eram aquelas que se encaixavam na categoria. A partir da década de 1970, consolidou-se no imaginário da sociedade brasileira que o “transexualismo verdadeiro” consistia no desejo de realizar mudanças corporais através das cirurgias e dos processos de hormonização.

A medicina entendia que as transexuais verdadeiras também tinham como discurso o “nasci no corpo errado” e/ou “sou um erro da natureza”. Como aponta a notícia publicada no Diário de Pernambuco, em 15 de dezembro de 1975, na qual médicos chilenos desenvolviam novas técnicas de cirurgia para a construção dos que eles chamavam de “neovaginas”. É

³⁵ MEIGE, France. Transexuais e “novas Evas”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 jun. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 8 out. 2020.

³⁶ MEIGE, France. Transexuais e “novas Evas”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 jun. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 8 out. 2020.

³⁷ MÉDICOS prontos para operações em transexuais. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 maio 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 9 out. 2020.

ênfatisado que o pensamento generalizado entre aquelas que desejavam se submeter à cirurgia era o discurso de que suas corpos seriam um “erro da Natureza”³⁸.

O mesmo podemos observar em matéria publicada no dia 11 de julho de 1982, a qual cita que a transexualidade foi apresentada na Academia de Medicina de Paris como “um insuportável ‘erro da natureza’”. O jornal aponta que para além das cirurgias, hormonização e demais intervenções corporais, o que interessava para “as mais sérias fontes científicas, é resolver o problema psíquico”³⁹. O discurso de que as transexuais precisavam ser salvas da marginalização e até mesmo da prostituição estavam sempre presentes nas páginas do Diário de Pernambuco.

Porém, é preciso ter em mente que as corpos trans utilizavam-se de estratégias, como aponta Berenice Bento⁴⁰, para que pudessem circular dentro dos ambientes hospitalares e até mesmo para fugir dos olhares inquisitoriais. Era necessário que elas fossem diagnosticadas pelas autoridades médicas como sendo transexuais verdadeiras e para isso, muitas delas, faziam uso de estratégias discursivas para que não houvessem dúvidas sobre o desejo de fazer a cirurgia. Então, em muitas ocasiões, as mulheres trans o que o disciplinamento médico gostaria de ouvir naquele momento, o que pode ter sido o caso do discurso “erro da Natureza” incorporado também pelas mulheres trans.

Já a travestilidade, identidade sudaca⁴¹, era entendida, neste mesmo período, como sendo parte do que era chamado de “transexualismo falso”. Além de serem ridicularizadas e marginalizadas, as travestis eram consideradas como homens que se vestiam de mulheres. Como afirma Jaqueline de Jesus:

Anterior ao termo “transexual” havia o “travesti”, e antes desta denominação, costume brincar, havia o “trans”, do latim “além de”. Ao juntarem o trans ao “vestire”, os latinos criaram o “travestire”, referindo-se a quem exagera na roupa que usa. Os italianos do século XVI o popularizaram, dando-lhe um sentido adicional, a partir de expressões como “Lui è travestito: ele está disfarçado. A palavra “travestito”, com tal significado, foi logo adotada pelos franceses, que relacionaram o “disfarce”

³⁸ MUDANÇA de sexo, luta de milhares de homens. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 dez. 1975. Seção Local e Estadual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 9 out. 2020.

³⁹ TRANSEXUALIDADE é considerada um erro da Natureza. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jul. 1982. Seção A. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 9 out. 2020.

⁴⁰ BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. passim.

⁴¹ Identidade latino-americana.

a um comportamento, tido como ridículo ou falso, de homem que se veste como mulher. Posteriormente incluída na língua inglesa, virou “travesty”⁴².

Como consequências destas mudanças de significado ao longo dos anos e de acordo com as culturas dos países onde as línguas eram faladas, o termo travesti passou a ser usado, pejorativamente, como adjetivo para caracterizar essa parte da população. As travestis eram consideradas como falsas mulheres e é desta perspectiva que surge, no imaginário da população brasileira, que as travestis não ansiavam por fazer procedimentos cirúrgicos e estéticos que tornassem suas corpos com traços mais femininos.

As travestis, a partir da década de 1970, não eram mais aquelas que saíam vestidas com roupas consideradas femininas apenas em festas e bailes de carnaval como acontecia nos anos 1950 e 1960. O termo travesti ganha novo significado. Elas faziam uso de tecnologias científico-corporal como, por exemplo, silicones e hormônios para feminilizar e construir uma corpa de aparência lida como feminina. Nesse momento, deixavam de “apenas ‘fazer o travesti’ para ‘virar travesti’”⁴³.

É o que aponta o Diário de Pernambuco em matéria publicada no dia 15 de dezembro de 1971. Nessa notícia, intitulada “Hormônio de gado deforma homem”, o médico José Shermann denuncia a utilização de estrógeno para a engorda de gado⁴⁴. Mas, não somente isso. Na notícia também fica em evidência a utilização que as travestis faziam desses recursos – a hormonização – para desenvolver características sexuais como seios, aumento dos quadris, ausência de pelos etc.

O conjunto de transformações na sociedade capitalista que tornou a transexualidade tangível é chamada por Paul B. Preciado de Era Farmacopornográfica.

Essas transformações recentes impõem um conjunto de dispositivos microprotéticos de controle da subjetividade por meio de novos protocolos técnicos biomoleculares e multimídia. Nossa economia mundial depende da produção e circulação interconectada de centenas de toneladas de esteroides sintéticos e órgãos, fluidos e células⁴⁵.

Os vetores econômicos do regime farmacopornográfico se revelarão na década de 1970 com o colapso do sistema de produção fordista. No regime farmacopornográfico, os

⁴² JESUS, Jaqueline Gomes. *Travessia: caminhos da população trans na história*. In: QUINALHA, Renan. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 381.

⁴³ VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico*. In: QUINALHA, Renan. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 351.

⁴⁴ HORMÔNIO de gado deforma homem. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 dez. 1971. Seção Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 9 out. 2020.

⁴⁵ PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 36.

mecanismos de controle serão materializados nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia. Em meados da década de 1970, a partir da tecnociência em desenvolvimento e da sua autoridade material, a transexualidade começa a se manifestar por meio das substâncias químicas e moléculas comercializáveis em corpos.

A ciência e a biotecnologia emergente, juntamente com as instituições disciplinares, avançam sobre a subjetividade e a sexualidade dos indivíduos e transformam-se em nós bioquímicos de gestão técnica. Para Paul B. Preciado⁴⁶ o regime farmacopornográfico é “pós-industrial, global e midiático”. Como decorrência desse novo regime surge o processo transexualizador. As cirurgias de transgenitalização foram inicialmente recepcionadas no Brasil, ainda que tardio e parcialmente, pelo famoso cirurgião Roberto Farina. Em 1971, Farina realizou a primeira cirurgia de redesignação genital em Waldirene Nogueira⁴⁷.

Em contrapartida, os anos que sucederam a promulgação do Ato Institucional nº5 foram considerados como sendo os piores para a comunidade trans e homossexual por ser tratar de um período em que, por meio da criação de aparatos de censura e repressão, houve um aumento do poderio policial, do controle das práticas sexuais e da moralidade. As corpos trans eram alvo das forças repressivas porque evidenciavam com suas corpos, performances e atos subversivos as falhas nos códigos rígidos de moralidade existentes na época⁴⁸.

O nome de Farina é citado em oito matérias diferentes que vão desde o dia 07 de dezembro de 1975 até o dia 29 de agosto de 1984. A primeira matéria deste compilado discorre sobre o pedido de instauração de inquérito policial contra o médico⁴⁹ e a última corresponde à tentativa de Joseane Regina, mulher transexual, marcar uma audiência com o Ministro da Saúde a fim de obter a autorização para a realização de cirurgia transgenitalizadora após Roberto Farina afirma que seu caso não era difícil⁵⁰.

No momento em que a primeira notícia foi publicada, Farina já havia realizado nove operações de transgenitalização e era acusado de lesão corporal pelo procurador Luís de Melo. Farina foi condenado por dois anos ainda em 1975, mas durante essa década palestrou

⁴⁶ PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 36.

⁴⁷ JESUS, Jaqueline Gomes. *Travessia: caminhos da população trans na história*. In: QUINALHA, Renan. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 385.

⁴⁸ VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: QUINALHA, Renan. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 363.

⁴⁹ MÉDICO paulista acusado de produzir eunucos com as operações que realizou. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 dez. 1975. Seção Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵⁰ TRANSEXUAL apela a ministro. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 ago. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

em congressos e forneceu diversas entrevistas, explicando o que seria o processo transexualizador e os motivos para que as cirurgias de transgenitalização fossem legalizadas no Brasil.

Em entrevista exclusiva para o Diário de Pernambuco, em 28 de setembro de 1976, Farina apontava que as cirurgias já estavam sendo realizadas no mundo e que nenhum médico tinha sofrido sanções legais como as que ele sofreu. Nessa entrevista, ele também descreveu todos os procedimentos pelos quais tinham que passar as corpos trans. Seriam essas: um ano de acompanhamento psiquiátrico, determinação de sexo cromossômico por geneticista, dosagens hormonais com endocrinologista e testes para determinar o gênero do sexo cerebral⁵¹.

Além disso, Roberto Farina alegava que realizava os procedimentos cirúrgicos por questões humanitárias e que as vezes nem cobrava pelo procedimento. Apontava também que as/os pacientes não se sentiam plenamente felizes após as cirurgias por conta dos entraves na Justiça em relação ao fornecimento de novos documentos. Farina, em resumo a ser publicado no XVI Congresso Brasileiro de Urologia, afirmava que:

[...] para os transexuais verdadeiros ou primários, o único tratamento plausível é (conversão sexual). Aliás, os psiquiatras familiarizados com esses casos, sabem e afirmam que o equacionamento da mente ao corpo é mera utopia e a única trilha a ser seguida é a cirurgia do reajustamento sexual⁵².

O disciplinamento médico acreditava que as intervenções cirúrgicas seriam as únicas formas possíveis de tornar a corpa transexual útil para a sociedade. O que nos leva ao discurso anteriormente citado sobre a patologização da transexualidade, uma vez que o laudo psiquiátrico seria a palavra final para a realização da cirurgia, que surge como a salvação daquelas que não desejavam ser marginalizadas e tentavam fugir do estigma da prostituição.

Farina, em 23 de setembro de 1978, no Congresso de Urologia de Juiz de Fora, também afirmou veementemente que era

[...] preferível contrariar as características do sexo genético, genótipo ou gonadal e ter um indivíduo equilibrado e útil à sociedade – sem acarretar

⁵¹ OPERAÇÕES para mudança de sexo são feitas em todo mundo sem entrave legal. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 set. 1976. Seção A. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵² ESTUDO sobre transexuais no Congresso. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 nov. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

ônus para a família e o Estado – do que ter um indivíduo desajustado com predominância características sexuais orgânicas⁵³.

Antes do médico Roberto Farina ser condenado por lesão corporal, em 1975, não havia jurisprudência sobre a cirurgia de transgenitalização no Brasil. Em novembro de 1977, o Diário de Pernambuco publicou em sua capa informações a respeito de uma possível autorização para a realização de cirurgias a partir de 1978⁵⁴.

Quase dez anos depois, a cirurgia de transgenitalização ainda não era legalizada no Brasil. Em 10 de maio de 1984, o Diário noticiou que o Senado havia voltado a debater o projeto de lei que visava a autorização das cirurgias de mudança de sexo. O projeto de lei voltou a ser discutido após o Senador Roberto Saturnino (PDS-RJ) apresentar uma emenda que visava a legalização da situação das/os transexuais após a realização das cirurgias. O deputado Marcondes Gadelha (PDS-PB) afirmava que as cirurgias só poderiam ser realizadas após a aprovação da lei e somente com a aprovação de uma junta médica⁵⁵.

No dia seguinte, o Senado aprovou a lei de autoria do deputado Castro Coimbra, que permitia a cirurgia de “conversão sexual” quando considerada necessária e somente após aprovação de junta médica especializada. Após esse processo o texto seria encaminhado para sanção presidencial⁵⁶. Como podemos ver, a marginalização das corpos trans não é algo recente e tem suas bases estruturadas em torno do que o discurso médico, religioso e jurídico considerava. O que o disciplinamento não levava em consideração é que nem toda corpa trans desejava/deseja realizar a cirurgia de transgenitalização e isso não faz delas uma ‘falsa mulher’ ou menos trans por isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que a não presença de homens trans neste trabalho se deu por haver um número muito pequeno de notícias se comparada com a quantidade que se referiam às mulheres trans. Das trinta matérias encontradas e selecionadas para a construção deste artigo, somente três discorriam sobre procedimentos realizados em homens trans. O que me

⁵³ MÉDICO justifica operação para mudar sexo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 set. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵⁴ MUDANÇA de sexo no Brasil só daqui a um ano. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 nov. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵⁵ MUDANÇA de sexo será legalizada. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 maio 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵⁶ APROVADA mudança de sexo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 maio 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2020.

leva a crer que isso ocorria porque as técnicas cirúrgicas da faloplastia não eram – e ainda não são – tão desenvolvidas quanto as que fazem parte da vaginoplastia e isso pode ser proveniente do não interesse, por parte da comunidade médico-científica, de que os homens trans não tenham acesso, de certo modo, a masculinidade.

Sendo assim, é perceptível que o corpo se configura sempre em respeito das ordens que predominam em um momento e um contexto histórico específico. Na medida em que a experiência corporal se assemelha aos ditames vigentes, a subjetividade se inclina aos regimentos de saber-poder e se tem um sujeito interpelado pelas normas. A subjetividade é uma construção que se baseia nas conformações histórico-políticas e a resistência está justamente na possibilidade de se distanciar das determinações sobre os corpos e tensões das fronteiras do que seria um sujeito normalizado⁵⁷.

Não há sujeitos que escapem a norma, mesmo as corpos mais dissidentes. A resistência é a condição de existência do poder, portanto não há poder sem resistência. Ao nos distanciarmos das determinações sobre as nossas corpos estamos negociando com esse poder. Para encerrar esse texto é importante salientar que não haviam – e não há – testes que comprovem o que seria uma pessoa trans de verdade. O disciplinamento médico, o discurso religioso e o jurídico transformaram/transformam a nossa identidade de gênero em uma doença, em uma transgressão moral, em uma ilegalidade.

Isso ocorre porque, através da nossa existência, evidenciamos as falhas que existem dentro das normas rígidas de gênero. Subvertemos o poder da Norma e é, justamente isso, que nos torna alvos do poder que tenta controlar as nossas corpos. Negociamos o tempo inteiro com o poder para que possamos construir e resistir contra o que tenta nos ferir. Construimos as nossas corpos, recorremos à hormonização, recorremos às cirurgias, recorremos à justiça para alterarmos nossos documentos e para termos o direito de nos casarmos, tudo isso para que possamos sobreviver à Norma.

Mas, ao mesmo tempo não precisamos de nada disso para sermos considerados como uma/um transexual de verdade. Não são as intervenções corporais, nem a hormonização que nos fazem mais ou menos trans. Refletir e poder escrever sobre os que nos fere, sobre o que nos atinge, sobre o que nos impossibilita de viver faz com que seja possível compreender que podemos ser protagonistas das nossas próprias histórias. Não somos apenas objetos de pesquisa e não vivemos apenas no limite da inteligibilidade. Buscamos estrategicamente nos

⁵⁷ ESCOBAR CAJAMARCA, Manuel Roberto. *Cuerpos en resistencia: experiencias trans em Ciudad de México y Bogotá*, 2015.



mover pelos espaços públicos para que os olhares inquisitoriais não atravessassem a nossa pele.
Nós existimos e resistimos!